

Seminário ITV – Caminhos para o Brasil: Social

(Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados)

Brasília, 10 de março de 2016

Resumo das Apresentações e Pronunciamentos¹

Abertura: Presidente José Aníbal

O Presidente Nacional do ITV, José Aníbal, abriu o Seminário mencionando que no dia internacional da mulher, 8 de março, fez questão de destacar a importância do combate à violência contra a mulher.

Informou que o ITV realizou em 2015 encontros sobre Economia, Energia e Meio Ambiente, e agora está realizando esse importante seminário sobre o tema Social. Anunciou que será realizado também um seminário sobre Segurança. Foi informado ainda que o ITV deseja privilegiar os encontros regionais, e que para isso as coordenações regionais do ITV devem tomar a iniciativa.

Palestra: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) - Histórico das políticas sociais no Brasil

Eduardo Barbosa considerou que, apesar de o PSDB ter tido papel significativo na construção das políticas sociais, essa não é a imagem que o partido tem diante da sociedade. Destacou que deixaria um documento escrito mais detalhado com as suas considerações, e que tentaria fazer uma abordagem mais resumida durante o Seminário. ([LEIA AQUI A ÍNTEGRA DA PALESTRA](#))

Na constituição de 1988, disse, tivemos uma mudança significativa na questão, provocada pela sociedade, que resultou em um novo desenho das políticas sociais. Foi assim que a Constituição de 88 transformou a assistência social em política de Estado concebida para atender ao cidadão de que dela necessitava, procurando entender as causas das vulnerabilidades resgatando o compromisso com as pessoas.

Surgiram novas concepções, como o conceito de desigualdade e o conceito de pobreza, que apesar de parecerem a mesma coisa, são distintos, cabendo ao Estado suprimir a ambos.

No caso específico da pobreza, Eduardo Barbosa destacou que percebeu-se a necessidade das propostas de distribuição de renda. Daí, começou-se a debater

¹ *Esse documento não foi revisado pelos expositores e por isso tem como objetivo apenas divulgar as principais ideias e propostas apresentadas, sem pretender refletir com precisão as palavras proferidas no evento.*

as políticas de distribuição de renda possíveis. Nesse ponto, a regulamentação da LOAS foi muito importante.

O Presidente Fernando Henrique deu um importante sinal de mudança nas políticas sociais, logo após assumir, quando extinguiu a LBA e a CBIA, a primeira inclusive criada após a segunda guerra para atender os ex-combatentes. Essas instituições não integravam uma rede de proteção social, não eram profissionalizadas e nem integravam uma política de Estado.

Nesse contexto, foi criada a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Fundo Nacional de Assistência Social. Aqui, Eduardo Barbosa destacou que já se incorporava a ideia de controle social, com a previsão da participação social através de conselhos municipais e estaduais.

Os secretários estaduais de assistência social passaram então a ter que estar junto dos prefeitos municipais para implantar uma política que já nasceu descentralizada, e que acabou com a pulverização de recursos nessa área. Todos os recursos reunidos permitiriam melhor assistência. E com os fundos estaduais e municipais, seria possível implementar uma política de “fundo a fundo”. Antes era tudo concentrado no gabinete dos prefeitos, que concebiam as ações para os seus eleitores. Quebrar essa lógica que dava um enorme poder de cooptação era um enorme desafio.

Fernando Henrique fez essa mudança. A partir daí, concluiu-se pela necessidade de enfrentar a pobreza com o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação etc. Introduziu-se o conceito de condicionalidade focado na família, que era responsável por garantir frequência na escola e acompanhamento pediátrico como condição para manutenção do benefício.

Nesse novo modelo, foram estruturadas as novas secretarias de assistência social, que antes eram, em sua maioria, apêndices de secretarias estaduais de saúde. “Ainda há quem, dentro do nosso partido e entre as nossas lideranças, considere que a assistência social seja uma política de menor importância. Temos dificuldade, inclusive, de usar o termo política de assistência social. Usamos outros como política social, política de desenvolvimento social etc. Daí a importância desse Seminário”, destacou.

Com a construção do Cadastro Único, tivemos a possibilidade de dar sustentação para o governo seguinte, que já encontrou um Sistema Único de Assistência Social. E durante o processo de transição entre os governos, deixamos claros os indicativos de aprimoramento desse Cadastro.

Ao final do governo FH, tínhamos secretarias constituídas, fundos constituídos, territórios identificados, foco na família, CRAS e CREAS, cadastro com endereço, nome e CPF das pessoas mais vulneráveis.

Importante lembrar que foi o governo Fernando Henrique que regulamentou o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Constituição de 88, para pessoas

com deficiência e idosos, que antes estavam à margem da sociedade. Isso lhes deu renda mínima e por conseguinte cidadania.

O PSDB não soube ter uma interlocução direta com a população beneficiária, com as famílias pobres, talvez porque tenha sempre enfatizado muito as questões econômicas. Diversos estudos fundamentais para a área social são os economistas que nos trazem. Paradoxalmente, um dos grandes entraves a transpor são os secretários de fazenda ou procuradores dos municípios.

A discussão é um pouco complexa, mas é preciso fazer convergir políticas sociais e econômicas. Nesse aspecto, Eduardo Barbosa deu o exemplo da questão das cotas. Relatou que alguns países da Europa não aplicam cotas, mas dão incentivos fiscais para empresas empregarem pessoas com deficiência.

Algumas avaliações indicam que os resultados desses incentivos fiscais são mais promissores para as pessoas com deficiência do que quando beneficiadas pelo sistema de cotas. No primeiro caso, as empresas encaram o assunto de forma positiva, porque pagam menos tributos, e por isso os empregados com deficiência terminam por progredir na empresa. No segundo caso, o das cotas, apenas têm que cumprir a Lei. São duas visões de lidar com a desigualdade.

Mesa de debates com os secretários da área social em governos do PSDB

Solange Jurema – Presidente do PSDB Mulher (mediadora)

Solange destacou que parece que o PSDB, às vezes, se sente desconfortável de falar de políticas sociais. Mencionou que a política econômica até pode gerar desigualdade, mas a política social descolada da realidade econômica pode se tornar populista.

Ressaltou que as políticas sociais têm que levar em consideração as peculiaridades. E que a crise afeta principalmente as mulheres. Lembrou que quando se fez o primeiro cadastro social no governo Fernando Henrique, constatou-se que a face da desigualdade era mulher negra, nordestina e habitante do meio rural. E foi por isso que, quando o Bolsa foi criado, Dra. Ruth Cardoso afirmou que era fundamental melhorar a educação. Nesse sentido, destacou que somente agora se fala em creches de forma ampla. Mas que esta é uma política de gênero, por ser fundamental para melhorar as condições de vida e trabalho das mulheres.

Fernanda Richa – Secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social do Paraná do Paraná

Ainda na Prefeitura de Curitiba, criamos o programa Família Curitibana. Em 5 anos, reduzimos em 65% a pobreza e a miséria na nossa cidade. A Fundação Getúlio Vargas visitou a cidade para aferir como conseguimos isso. No governo do Estado, desenvolvemos o mesmo programa com a participação dos gestores municipais, articulado com dezessete secretarias.

Tiramos o assistencialismo da pauta. CRAS e CREAS foram reativados. Todos os municípios estão com suas redes de CRAS e CREAS - 575 e 78 respectivamente. Implantamos assim o Família Paranaense. Tiramos 75 mil famílias da miséria. Ações de resgate da cidadania, urbanismo, realocação de habitantes de margens de rio, resgatamos a dignidade. Eles são os protagonistas, adquirem consciência.

A porta de saída é o mercado formal e informal. Programa “juro zero” de R\$ 300 a R\$ 4000. Essa oferta já está chegando a 300 mil reais. A meta era atender 100 mil famílias e chegamos a 92 mil famílias. Para o segundo mandato, a meta são 200 mil famílias, em um universo total de 386 mil famílias pobres em todo o estado do Paraná. Ninguém quer ficar recebendo ajuda governamental a vida inteira. O trabalho, a educação e a capacitação são fundamentais.

Finalmente, Fernanda Richa destacou que o Paraná fez duro ajuste fiscal, mas hoje tem os salários em dia, concedeu 10% de reajuste para o funcionalismo, está investindo R\$ 8 bilhões em 2016 e ostenta um orçamento de R\$ 230 milhões para assistência social.

Heitor Pinheiro - Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará

Heitor começou explicando que, no governo Simão Jantene, houve reordenamento institucional da Secretaria de Assistência Social, que passou a articular também o Trabalho e Renda. Destacou que esse reordenamento baseou-se em três questões: transformar pelo conhecimento, pela produção e pelas novas formas de gestão e governança.

Informou que a priorização de ações e áreas de atuação tomou por base um estudo, o Indicador do Progresso Social – IPS, que exclui a renda porque nem sempre esta traduz a real situação social. Cruzou-se o IPS com o IDH e assim foram priorizados 60 municípios para 4 anos, o que se traduz de forma efetiva em ações. A principal estratégia é a convergência de ações de vários programas: 1) Pacto pela educação; 2) Programa PROPAZ Cidadania; 3) Programa Municípios Verdes; 4) Pacto pela produção e manutenção do emprego.

As ações são descentralizadas e por isso o grande foco do trabalho é a articulação com os gestores municipais. Heitor destacou que é preciso avançar na questão do financiamento da assistência social, que hoje é bancada na sua maior parte pelos governos estaduais, especialmente relação aos idosos.

Finalmente mencionou que o Pará tem presente o “fator amazônico”, que implica em grandes desafios logísticos para a implementação de políticas públicas.

Leda Borges - Secretária Cidadania, Trabalho e Mulher do Estado Goiás

Depois da reeleição, o governador Marconi Perillo tomou medidas drásticas para enfrentar a crise nacional, com atos corajosos na área de gestão. Reduziu o número de secretarias de 17 para apenas 10. Como estratégia de gestão, reuniu sob a mesma pasta a abordagem de todas as vulnerabilidades: assistência social, mulher, igualdade racial e direitos humanos. E como porta de oportunidades, o trabalho.

Com isso, a comunicação se tornou mais rápida e o planejamento se tornou mais otimizado. Outro fator para enfrentamento da crise foi corte de despesas de pessoal e custeio. Nossa pasta ficou com 700 servidores a menos (total de 5000 cargos a menos). Economia de R\$ 25 milhões e, por isso, conseguimos negociar recursos com a Secretaria da Fazenda.

Sair do assistencialismo para falar de assistência social consistente. Assim que, em parceria com o Instituto Mauro Borges, definimos o Índice de Vulnerabilidade Social e o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, com a seguinte classificação: altíssima, alta, média, média baixa e baixa.

Vários programas implementados de forma articulada: Renda Cidadã, Jovem Cidadão, Água e Energia (isenção para filantrópicas), Mobilidade (passe livre do idoso e da pessoa com deficiência), Sócio-Educativo.

Finalmente, Lêda propôs a vinculação orçamentária constitucional, garantindo 5% do orçamento da seguridade para a assistência social.

Maria do Carmo Brant - Secretária Adjunta de Conteúdo de Desenvolvimento Social em São Paulo

Nesse momento de crise, tomamos medidas sem dúvida agindo de forma mais articulada com outras políticas, porque o nosso orçamento nunca é suficiente e piora em momento de crise, enquanto aumenta a parte da população que precisa ser atendida.

Como estratégia, adotamos o fortalecimento do protagonismo dos municípios. E por isso, sempre agimos junto com eles. Temos rede de serviços assistenciais com todos os municípios, Sistema Único de Assistência Social com todos. Nesse sentido, o CRAS é fundamental, mesmo quando somente para ouvir as famílias.

O nosso programa de combate à pobreza, “Atenção à Família Paulista” - inspirado no Paraná, tem uma enorme articulação com a Secretaria de Habitação, dada a necessidade de implementação de ações nessa área.

Afirmou que o PSDB precisa valorizar e dar atenção à política social como elemento fundamental, não falando apenas de educação, saúde e economia.

Valdiney Arruda - Secretário de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso

Somos fruto de momento histórico que nos permitiu chegar aqui, a partir da LOAS, dos avanços do governo Fernando Henrique e dos aprimoramentos registrados nos anos seguintes.

Uma premissa básica é que o desenvolvimento econômico, por si só, não resolve as políticas sociais, e isso é também ditame do desenvolvimento sustentável. Se a economia tem que andar do lado social, temos que discutir recursos. Por isso é preciso repensar fundos constitucionais, que ainda não funcionam em sua plenitude.

É uma prioridade do Estado do Mato Grosso o diagnóstico dos problemas sociais, com destaque para a violência contra as mulheres e os jovens. É preciso que as políticas sociais enfrentem questões como o alto índice de mortes (65%) violentas entre os adolescentes, por exemplo. Informou que o governo estadual tem trabalhado em parceria com organismos internacionais como com OIT e PNUD para aprofundar diagnóstico. Ressaltou que, se queremos transformar, não vamos repetir o passado!

Finalmente, mencionou que junto à OIT, PNUMA e PNUD, o governo estadual está incorporando o conceito de empregos verdes, que significa lidar com a pobreza e o desenvolvimento sustentável simultaneamente. Discutir a matriz energética, as energias renováveis etc. Para mudar, disse, temos que enfrentar a formulação do desenvolvimento sustentável. Bangladesh fez isso com energias renováveis, melhorando muito a qualidade de vida da população rural.

Solange Jurema

Afirmou que o apelo geral foi que o PSDB assuma que as políticas sociais são tão importantes quanto ter um plano econômico responsável. E que as políticas precisam levar em conta a diversidade de gênero, a regional, e a fiscal. Finalmente, ressaltou que a política de desenvolvimento social competente tem que estar atrelada à política econômica consistente.

Palestra Mansueto Almeida (economista)

A agenda econômica tem que andar com a agenda social.

O primeiro ponto: onde o Brasil se encontra atualmente. A nossa capacidade como Estado de gastar mais com social, com assistência, com saúde, com educação, depende do crescimento econômico. Os países que mais gastam com política social não são os mais pobres, são os mais ricos.

O Brasil precisa crescer. O orçamento de 2016 mostra que, no governo federal, o crescimento da despesa é de R\$ 87 bilhões, e isso vai agravar a crise porque a economia não está crescendo. Se a economia estivesse crescendo de 3,5 a 4%, o gasto público poderia crescer cerca de R\$ 100 bilhões. Mas não é isso que está acontecendo.

No ano passado, o Brasil terminou com déficit de R\$ 60 bilhões. É necessário que até 2018, a dívida pare de crescer. A média de endividamento dos países no mundo é de 42%, mas a nossa terminou janeiro em 67% do PIB, e chegará a 80% em 2018. Será difícil economizar neste e no próximo ano.

Teremos que economizar 300 bilhões de reais até 2018. Como o governo não consegue retomar a confiança, está aumentando o desequilíbrio fiscal e sendo forçado a gastar menos. Os cortes de investimentos em educação e desenvolvimento social já chegam a 50%.

É por isso que o social e o econômico não são questões separadas. Melhorar a economia e o crescimento econômico é condição para investir mais em assistência social, saúde e educação.

Situação atual tira dinheiro da área social. A fórmula para resolver é política. Precisamos de um grande acordo político e liderança forte.

Para ilustrar a necessidade de reformas, Mansueto Almeida mencionou que daqui a 6 anos vai se aposentar com 54 anos de idade. Isso é correto? Por isso é necessária a reforma da Previdência.

A falta de credibilidade do governo fez com que o gasto com juros em 2015 fosse de R\$ 1,3 bilhões, enquanto com assistência social foi de R\$ 70 bilhões. Nosso grande problema nos últimos anos foi a política econômica e não, social.

Não interessa aumentar gasto em um momento e pouco depois liquidar esse gasto. Programas populistas não servem. Tem que ter crescimento econômico para sustentar as políticas sociais.

Um importante destaque foi que o gasto público no Governo Fernando Henrique aumentou mais na área social. Aumentou na mesma proporção do governo Lula, mas a diferença é que FHC fez reformas estruturais. Imaginem o que seria o Brasil hoje sem as reformas da época de FH, como a renegociação de dívidas, o fim da farra dos bancos públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Exemplo disso é que deixou para Lula um orçamento com superávit fiscal de 3,5%. Lula precisou apenas fazer um ajuste de R\$ 30 bilhões em 2003. O próximo presidente terá que fazer um ajuste de R\$ 300 bilhões. Receberá uma herança maldita!

José Aníbal – encerramento

Faltou convicção ao PSDB para reafirmar suas políticas sociais. O partido perdeu sua narrativa para a área. O PSDB viveu um momento de passagem para assumir os desafios da hora. Esse momento, porém, ficou inconcluso, seja premido pelas circunstâncias eleitorais, seja por escassez de conceituação e compromisso com o que representa a social democracia contemporânea.

Levaremos essa reflexão sobre as questões sociais para todo o Brasil durante diversos encontros regionais que realizaremos. Mesmo com o enorme déficit nas contas públicas, pudemos ver aqui nos depoimentos dos secretários o quanto avançamos na questão social nos estados administrados pelo PSDB.

Temos que pensar num arranjo político que nos tire dessa situação. No próximo dia 13, domingo, vamos às ruas contra o 13 e todos os malfeitos desse governo petista que tanto infelicita nosso país.

Aécio Neves – Presidente do PSDB - encerramento

Aécio Neves ressaltou em seu discurso a trajetória do PSDB no combate à hiperinflação, no apoio ao Plano Real, na implantação dos marcos da economia e dos primeiros programas de transferência de renda, iniciados no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, o PSDB nunca esteve distante das questões sociais.

O presidente do PSDB fez um alerta sobre o impacto do agravamento da crise econômica sobre a população mais pobre e sobre a forte redução dos investimentos federais na saúde, educação, saneamento e em programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Pronatec. “Assistimos à presidente Dilma dizendo que os programas sociais estavam preservados. Mentira. Não estão. Todos eles com orçamento minguando, porque quando há falência econômica, quando há a destruição da capacidade de o país crescer quem sofre primeiro são os mais vulneráveis, os que dependem desses programas”, criticou.

Por fim, o presidente do PSDB deixou claro que esse não é apenas mais um dos inúmeros seminários que PSDB realizou. Esse é o mais emblemático de todos e é o início do reencontro do PSDB com a sua própria história. “Vamos olhar para trás e andar de cabeça erguida dizendo que foram tomadas no governo do Fernando Henrique as mais importantes medidas de proteção social que esse país já viveu. Se foram ampliadas, recebem o nosso aplauso, mas todas hoje correm enorme risco pelo desatino de decisões tomadas por um governo incompetente, de um lado, e irresponsável por outro, que privilegia o marketing ao invés das políticas sociais, que pensa sempre nele em primeiro lugar e não no Brasil que ele governa.”

Durante o seminário houve o lançamento do “Travessia” – caderno de ideias e propostas de políticas públicas para a área social ([LEIA AQUI](#))